

BREE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ENCERRADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de Reais)

NOTA 01 – INFORMAÇÕES GERAIS

A **BREE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA S.A.**, está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 17.995.592/0001-21, e NIRE - Número de Inscrição de Registro de Empresas nº 35.3.0045239-9. Está sediada na cidade de Quatro Barras (PR), Avenida Prefeito Domingos Mocelin Neto, 155, Centro, CEP 83.420-000.

A Companhia tem como atividade principal a fabricação de produtos, Capacitores de Média e Alta Tensão, Bancos de Capacitores, Reatores e Filtros de Harmônicos e soluções voltadas ao mercado de Eficiência Energética. Suas atividades preponderantes são o projeto, estudo, dimensionamento, fabricação, comercialização, locação, arrendamento, montagem, instalação e comissionamento, de produtos, principalmente capacitores e filtros de harmônicos, bem como subestações de energia elétrica e equipamentos específicos para Eficiência Energética e Qualidade de Energia. Também trabalha com serviços de infraestrutura para empresas públicas e privadas em geral. Para os segmentos de geração, distribuição e transmissão de energia e outros afins, realiza estudos, projetos de engenharia e prestação de serviços de qualquer natureza no ramo de engenharia consultiva ou de projeto, gerenciamento e administração nas áreas relacionadas ao seu objeto social, bem como a elaboração de estudos econômicos: reforma, melhoria, recapacitação e ampliação de sistemas elétricos em geral, prestação de serviços a terceiros nas atividades de locação, arrendamento fornecimento de bens e serviços: compra e venda de produtos e serviços relativos às áreas descritas anteriormente; exportação e importação dos produtos e serviços relativos às áreas descritas: administração de bens próprios; participação em licitações, através de consórcios, SCP's ou SPE's para consecução do seu objeto social; e participação em outras sociedades, no país e no exterior, na qualidade de sócio-quotista ou acionista.

NOTA 02 - BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade.

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

A administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras do exercício de 2021 em 23 de março de 2022.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis são princípios específicos, bases, convenções, regras e práticas, aplicados pela Companhia na elaboração e apresentação das demonstrações financeiras.

As principais práticas contábeis específicas para cada grupo de contas serão apresentadas ao longo destas demonstrações financeiras em cada nota explicativa correspondente. As práticas contábeis gerais serão apresentadas a seguir.

3.1 - Classificações de Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.2 - Compensações Entre Contas

Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

3.3 - Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Os itens nestas demonstrações financeiras são mensurados em moeda funcional Reais (R\$) que é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia atua e na qual é realizada todas as suas transações, e são apresentados nesta mesma moeda.

3.4 - Ativos Financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros mantidos dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja mantê-los para recebimentos de fluxos de caixa contratuais. Os termos contratuais dos ativos financeiros tiveram origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

São ativos financeiros mantidos dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros, e que os termos contratuais do ativo financeiro tiverem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

c) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo por meio do resultado, a menos que sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos financeiros dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Reconhecimento e mensuração:

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação-data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são subsequentemente, contabilizados pelo valor justo.

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está desvalorizado (impairment).

A Companhia não opera com instrumentos derivativos.

3.5 - Caixa e Equivalentes de Caixa

Os equivalentes de caixa e investimentos financeiros, sejam depósitos em conta ou aplicações financeiras são inicialmente registrados pelo valor da transação e atualizados monetariamente com base em eventuais rendimentos auferidos (renda fixa), com base nas cotações disponíveis (renda variável) ou atualizados pela cotação de fechamento se em moeda estrangeira e deduzidos de eventuais perdas efetivas ou estimadas (impairment).

3.6 - Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos no decurso normal das atividades da Companhia.

As contas a receber são registradas inicialmente pelo valor justo das transações e ajustadas a valor presente quando relevante. São mensuradas subsequentemente considerando as eventuais variações monetárias auferidas até a data das demonstrações financeiras e ajustadas pela provisão para perdas se aplicável.

3.7 - Estoques

O custo de estoques inclui todos os custos de compra, custos de transformação e outros custos incorridos para trazer os estoques para sua localização e condição atuais. São avaliados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição ou produção e o preço de venda estimado diminuído dos custos para completar a produção e despesas de venda, constituindo provisão para desvalorização se necessário.

Os adiantamentos para aquisição de estoques realizados em moeda estrangeira são mantidos pela taxa de câmbio original.

3.8 - Imobilizado

Com o objetivo de mensurar seus ativos imobilizados a valor justo, efetuou a avaliação pelo custo atribuído. Os ativos não avaliados pelo custo atribuído são avaliados ao custo de aquisição menos a depreciação acumulada.

A Companhia efetuou análise periódica com o objetivo de revisar e ajustar a vida útil econômica estimada para o cálculo de depreciação. Para fins dessa análise, a Companhia se baseou na expectativa de utilização de bens, e a estimativa referente à vida útil dos ativos, bem como, a estimativa do seu valor residual, conforme experiências anteriores com ativos semelhantes.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada, como segue:

Máquinas e Equipamentos	10 anos
Móveis e Utensílios	10 anos
Benfeitorias	25 anos
Equipamentos de Informática e Telefonia	5 anos

O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

3.9 - Intangível

O intangível é avaliado inicialmente pelo método de custo. Subsequentemente os intangíveis com vida útil definida são amortizados de forma linear pela período dos benefícios futuros esperados e submetidos a teste de impairment somente se houver indícios de que possam estar desvalorizados. Os intangíveis com vida útil indefinida e o goodwill são anualmente submetidos ao teste de impairment.

No intangível são registrados os ativos incorpóreos (não inclui ativos financeiros); que possam ser mensurados de maneira confiável; e quando for provável que os benefícios econômicos futuros esperados fluirão para a Companhia. Gastos com marcas geradas internamente, carteira de clientes, atividades iniciais da operação de estabelecimentos, treinamentos e publicidade são levados ao resultado no período em que ocorrerem.

3.10 - Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Financeiro

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de perdas por desvalorização sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por desvalorização é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação da perda por desvalorização, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros que tenham sofrido perda por desvalorização, são revisados para a análise de uma possível reversão dessa perda na data de apresentação das demonstrações financeiras. Para estas demonstrações financeiras a companhia concluiu que não existem perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

3.10.1 - Provisão para Impairment do Ativo Intangível

A provisão para perdas abrange ativos intangíveis cuja expectativa de valor residual não seja recuperado por uso ou venda no caso dos ativos intangíveis. Não inclui provisão para desvalorização do goodwill pois caso a Unidade Geradora de Caixa relacionada ao goodwill apresente evidências de desvalorização o goodwill é baixado definitivamente na proporção desta desvalorização, mesmo que posteriormente este cenário seja revertido.

3.11 - Contas a Pagar a Fornecedores

As contas a pagar são registradas inicialmente pelo valor justo das transações e ajustadas a valor presente quando relevante. São mensuradas subsequentemente considerando as eventuais variações monetárias devidas e acrescidas de eventuais encargos financeiros se aplicável.

3.12 - Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo custo da operação, ou seja, o valor presente a pagar à instituição financeira e, subsequentemente, demonstrada pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados e o valor dos pagamentos é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

3.13 - Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação na data das demonstrações financeiras, como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado de maneira confiável.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do valor exigido para liquidar a obrigação na data das demonstrações financeiras. Quando o efeito do valor do dinheiro no tempo é material, o valor da provisão é o valor presente do desembolso que se espera que seja exigido para liquidar a obrigação.

3.14 Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda corrente e diferido. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

O encargo de imposto de renda corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos lançados no ativo não circulante decorrem de diferenças temporárias, entretanto, adicionadas ou excluídas temporariamente na apuração do lucro real e da contribuição social. Os ativos decorrentes de créditos tributários diferidos somente são reconhecidos quando há expectativa de geração de resultados futuros suficientes para compensá-los.

3.15 - Demais ativos, passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro.

Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário.

3.16 - Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

3.17 - Reconhecimento da Receita de Vendas

A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A empresa reconhece a receita quando for possível atender os critérios:

1. Identificar o contrato com o cliente;
2. Identificar as obrigações de desempenho no contrato;
3. Determinar o preço das transações;
4. Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho; e
5. Reconhecer a receita quando cumpridas as obrigações de desempenho.

3.18 - Arrendamentos

a) Direito de Uso

O custo do ativo de direito de uso corresponde ao valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, mais os custos diretos iniciais incorridos, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos.

A depreciação é calculada pelo método linear desde a data de início do contrato até o que ocorrer primeiro entre o fim da vida útil do ativo de direito de uso ou o fim do prazo de arrendamento.

b) Passivo de arrendamento

A mensuração das operações de arrendamentos corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos, conforme período previsto no contrato firmado entre o arrendador e a Empresa.

Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira e apropriados com base na taxa de empréstimo incremental, de acordo com o prazo remanescente dos contratos.

3.19 - Mensuração do valor justo

A Companhia mensura instrumentos financeiros ao valor justo em cada data de reporte.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e,
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível para a Companhia.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;

Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e

Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para fins de divulgações do valor justo, a Empresa determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas.

3.20 - Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são:

- a) Vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;
- b) Valor recuperável dos ativos imobilizados, intangíveis e estoques;
- c) Determinação do prazo e taxa de desconto dos arrendamentos;
- d) Créditos de liquidação duvidosa que são contabilizados diretamente em perdas quando esgotadas as possibilidades de recuperação; e,
- e) Passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da Companhia.

NOTA 04 - GERENCIAMENTO DE RISCOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia classifica os seguintes instrumentos financeiros como instrumentos financeiros básicos: (a) Caixa e equivalentes de caixa; e, (b) Instrumentos de dívida. Os instrumentos de dívida incluem as contas a receber, as aplicações financeiras mantidas até o vencimento, contas a pagar, empréstimos. São avaliadas nas datas dos balanços pelo custo amortizado.

Ativos financeiros

Mensurado ao Custo Amortizado	2021	2020
Caixa e Equivalentes de Caixa	380	842
Contas a receber de Clientes	11.190	8.926
Total	11.570	9.768

Passivos financeiros

Mensurado ao Custo Amortizado	2021	2020
Fornecedores	3.655	3.279
Empréstimos e Financiamentos	7.177	10.301
Passivo de Arrendamento	2.443	2.149
Partes Relacionadas	1.316	2.762
Total	14.591	18.491

NOTA 05 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	2021	2020
Caixa	-	4
Bancos Conta Movimento	223	80
Aplicações Financeiras	157	758
Total	380	842

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a Compromissadas, as quais possuem rendimento que montam aproximadamente 50% do CDI (Certificados de Depósitos Interfinanceiros). As aplicações financeiras são mantidas em bancos nacionais, podendo ser resgatadas a qualquer tempo, a preços e taxas de mercado, atualizadas pelos rendimentos auferidos até a data do balanço, não excedendo o valor de negociação.

NOTA 06 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Descrição	2021	2020
Contas a Receber de Clientes Mercado Interno	13.892	9.313
Contas a Receber de Clientes Mercado Externo	93	378
Impairment (Provisão para Perdas)	(2.795)	(765)
Total	11.190	8.926
Aging List Contas a Receber de Clientes	2021	2020
Vencidos em até 3 meses	349	315
Vencidos entre 3 e 6 meses	-	484
Vencidos de 6 meses a 1 ano	2.795	31
Vencidos há mais de 1 ano	-	733
A vencer em até 3 meses	10.168	8.067
A vencer entre 3 e 6 meses	673	-
A vencer de 6 meses a 1 ano	-	61
Impairment (Provisão para Perdas)	(2.795)	(765)
Total	11.190	8.926
Movimentação do Impairment	2021	2020
Saldo Inicial do Impairment	(765)	(733)
Provisão constituída durante o exercício	(2.030)	(32)
Saldo Final Impairment (Provisão para Perdas)	(2.795)	(765)
Contas a Receber por Tipo de Moeda	2021	2020
Reais - R\$	13.892	9.313
Dólar	93	378
Total	13.985	9.691
Impairment (Provisão para Perdas)	(2.795)	(765)
Total	11.190	8.926

NOTA 07 – ESTOQUES

Descrição	2021	2020
Matéria Prima	5.120	4.443
Materiais de Consumo	13	35
Produtos Semi Acabados	457	658
Produtos Acabados	442	454
Remessa para Industrialização	274	226
Material de Segurança	12	14
Outros Estoques	56	-
Adiantamentos a Fornecedores	1.934	3.289
Total	8.308	9.119

Aging List dos Adiantamentos a Fornecedores	2021	2020
Em aberto em até 3 meses	1.482	2.102
Em aberto entre 3 e 6 meses	406	77
Em aberto acima de 6 meses	46	1.110
Total	1.934	3.289

Adiantamentos a Fornecedores por Tipo de Moeda	2021	2020
Reais	556	1.646
Dólar	731	1.643
Euro	647	-
Total	1.934	3.289

NOTA 08 - IMPOSTOS A RECUPERAR

Descrição	2021	2020
IPI a Recuperar	650	437
PIS a Recuperar	75	75
Cofins a Recuperar	334	334
Outros impostos a recuperar	-	71
Total	1.059	917
Parcela Circulante	1.059	879
Parcela Não Circulante	-	38
Total	1.059	917

NOTA 09 – IMOBILIZADO

Taxas de Depreciação	Máquinas e Equipamentos		Móveis e Utensílios		Benefeitorias		Equipamentos de Informática		Imobilizado em Andamento		Total
	10%		10%		4%		20%		0%		
Em 31 de dezembro de 2019											
Custo	7.397		180		126		283		2.066		10.052
Deprec. Acumulada	(617)		(33)		(46)		(98)		-		(794)
Valor líquido contábil	6.780		147		80		185		2.066		9.258
Adições	364		12		1		79		9		465
Baixas	(92)		(1)		-		-		-		(93)
Transferências	-		-		2.075		-		(2.075)		-
Depreciação	(709)		(24)		(98)		(98)		-		(929)
Total líquido	6.343		134		2.058		166		-		8.701
Em 31 de dezembro de 2020											
Custo	7.669		191		2.202		362		-		10.423
Deprec. Acumulada	(1.326)		(57)		(144)		(196)		-		(1.723)
Valor líquido contábil	6.343		134		2.058		166		-		8.701
Adições	617		33		2		34		38		724
Depreciação	(550)		(20)		(88)		(64)		-		(722)
Total líquido	6.410		147		1.972		136		38		8.703
Em 31 de dezembro de 2021											
Custo	8.286		224		2.204		396		38		11.148
Deprec. Acumulada	(1.876)		(77)		(232)		(260)		-		(2.445)
Valor líquido contábil	6.410		147		1.972		136		38		8.703

NOTA 10 – INTANGÍVEL

	Acervo Técnico (a)	Softwares 20%	Projetos (b) 20%	Total
Taxas de Amortização				
Em 31 de dezembro de 2019				
Custo	5.000	482	240	5.722
Amortização Acumulada	-	(182)	-	(182)
Valor líquido contábil	5.000	300	240	5.540
Adições	-	5	582	586
Baixas	-	(62)	-	(62)
Amortização	-	(85)	-	(85)
Total líquido	5.000	158	822	5.980
Em 31 de dezembro de 2020				
Custo	5.000	425	822	6.247
Amortização Acumulada	-	(267)	-	(267)
Valor líquido contábil	5.000	158	822	5.980
Adições	-	15	1	16
Amortização	-	(85)	(47)	(132)
Total líquido	5.000	88	776	5.864
Em 31 de dezembro de 2021				
Custo	5.000	440	823	6.263
Amortização Acumulada	-	(352)	(47)	(399)
Valor líquido contábil	5.000	88	776	5.864

- (a) O acervo técnico é composto por atestados técnicos averbados junto aos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) e tecnologia de produtos, diretamente relacionados com as atividades relativas a subestações, equipamentos de compensação reativa e filtragem de harmônicas, especificamente em projetos, engenharia, marketing, construção, com fornecimento de materiais e equipamentos turn key para sistemas elétricos em tensão de até 750KV.

Os critérios de avaliação são suportados por laudos técnicos, realizados pelo método de Royalty Relief. No exercício de 2021, a Companhia contratou especialistas que avaliaram e apuraram que não houve redução ao valor recuperável.

- (b) O saldo de Projetos se referem a investimento em desenvolvimento dos produtos Filtro Ativo e Chaves Seccionadoras, produtos que foram lançados durante o ano de 2021. O valor do custo dos projetos em 2021 se equivale ao seu valor justo e atendem aos critérios do CPC 04. Após o lançamento dos produtos, serão amortizados em 5 anos, que é o prazo estimado em que o item será produzido e vendido.

NOTA 11 – ARRENDAMENTOS

Direito de Uso	Contrato de aluguel
Taxa média anual de depreciação (%)	10%
Depreciações	(317)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	2.149
Adições	692
Depreciações	(398)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.443
Passivo de arrendamento	Arrendamento
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.149
Adições	692
Baixas	(398)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.443
Parcela Circulante	413
Parcela Não Circulante	2.030
	2.443

Arrendamento refere-se ao imóvel onde a empresa encontra-se instalada em Quatro Barras-PR.

NOTA 12 – FORNECEDORES

Descrição	2021	2020
Contas a Pagar a Fornecedores	3.655	3.279
Total	3.655	3.279
Parcela Circulante	3.655	3.245
Parcela Não Circulante	-	34
Total	3.655	3.279
Aging List do Contas a Pagar	2021	2020
Vencidos em até 3 meses	24	91
Vencidos entre 3 e 6 meses	-	5
Vencidos acima de 6 meses	-	121
A vencer em até 3 meses	3.571	2.991
A vencer entre 3 e 6 meses	38	35
A vencer acima de 6 meses	22	2
A vencer há mais de 361 dias	-	34
Total	3.655	3.279
Contas a Pagar por Tipo de Moeda	2021	2020
Reais	2.205	2.037
Dólar	880	779
Euro	570	463
Total	3.655	3.279

NOTA 13 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Descrição	2021	2020
Empréstimos (a)	7.177	7.831
Duplicatas Descontadas	-	2.470
Total	7.177	10.301
Parcela Circulante	2.668	4.718
Parcela Não Circulante	4.509	5.583
Total	7.177	10.301
Por Data de Vencimento	2021	2020
Em até 1 ano	2.668	4.718
De 1 a 2 anos	2.295	2.274
De 2 a 3 anos	885	1.896
De 3 a 4 anos	540	510
De 4 a 5 Anos	296	246
Acima de 5 anos	493	657
Total	7.177	10.301
Empréstimos por Tipo de Moeda	2021	2020
Reais	7.177	10.301
Total	7.177	10.301

(a) A captação de R\$ 6,8 milhões foi realizada com Banco ABC, Caixa Econômica Federal, Banrisul e Banco Daycoval com o objetivo de obter capital de giro, com incidência de juros mensais a taxa de 10,20% a 18,36% a.a., com o maior vencimento em novembro de 2023. A Companhia captou R\$ 1,5 milhão junto ao BRDE através da linha FINEP Inovacred Conecta com o objetivo de financiamento a projetos de novos produtos, com incidência de juros anuais a taxa de 5% a.a. + TJLP, com vencimento em agosto de 2028.

As garantias são avais, bens e duplicatas a receber.

NOTA 14 - OBRIGAÇÕES SOCIAIS

As obrigações sociais apresentam a seguinte composição:

Descrição	2021	2020
Salários/ Comissões/ Rescisões	175	180
Encargos Sociais	160	295
Provisões e Encargos Sociais	506	488
Total	841	963

NOTA 15 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

As obrigações tributárias apresentam a seguinte composição:

Descrição	2021	2020
PIS a Recolher	-	49
COFINS a Recolher	-	286
IRPJ a recolher	142	116
CSLL a Recolher	43	48
CSRF a Recolher	43	40
IRRF a Recolher	32	97
ICMS a Recolher	52	83
ISS a Recolher	22	-
ICMS Diferido (a)	5.503	2.479
Parcelamentos Tributários (b)	5.709	5.617
Outros Impostos a recolher	2	17
Total	11.548	8.832
Parcela Circulante	2.580	1.958
Parcela Não Circulante	8.968	6.874
Total	11.548	8.832

(a) O saldo em aberto se refere a regime especial enquadrado no Programa Paraná Competitivo.

(b) Os saldos estão compostos por parcelamentos Previdenciários, Estaduais e Federais. Os prazos de vencimentos estão entre 2022 e 2030.

NOTA 16 – ADIANTAMENTOS DE CLIENTE

Descrição	2021	2020
Adiantamentos de Clientes	488	906
Total	488	906
Em aberto em até 3 meses	404	575
Em aberto entre 3 e 6 meses	13	151
Em aberto acima de 6 meses	71	180
Total	488	906
Adiantamentos de Clientes por Tipo de Moeda	2021	2020
Reais	488	581
Dólar	-	325
Total	488	906

A Companhia mantém como adiantamentos de clientes os valores recebidos antecipadamente conforme os contratos de projetos em andamento.

NOTA 17 – PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas são formalizadas através de contratos de mútuos e preveem taxas de 1,50% pro-rata dia, sem prazos para pagamento.

Descrição	2021	2020
Contratos de Mútuos	1.316	2.762
Total	1.316	2.762

NOTA 18 – IMPOSTOS DIFERIDOS

Descrição	2021	2020
IRPJ Diferido	1.191	1.328
CSLL Diferido	429	477
Total	1.620	1.805

Impostos Diferidos referentes ao custo atribuído do imobilizado.

NOTA 19 – FATURAMENTO PARA ENTREGA FUTURA

Descrição	2021	2020
Faturamento para Entrega Futura	1.315	-
Total	1.315	-
<hr/>		
Em aberto em até 3 meses	1.315	-
Total	1.315	-

Refere-se a faturamentos ocorrido em novembro de 2021 para um único cliente e que o faturamento ocorrerá no exercício de 2022.

NOTA 20 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Passivos contingentes são provisionados quando a probabilidade de perda for avaliada como “prováveis” e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas “possíveis” são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas “remotas” não são provisionados nem divulgados.

A Companhia possui ações trabalhistas envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como “possíveis”, para as quais não há necessidade de constituir provisão, com base na avaliação de nossos consultores jurídicos, conforme composição e estimativa a seguir:

Descrição	2021	2020
Trabalhistas	154	125
Total	154	125

NOTA 21 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital Social integralizado da BREE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA S.A. é de R\$ 14.007, divididos em 14.000 mil quotas de valor nominal R\$ 1,00 (um real).

Composição societária	R\$	%
SPE Capacitores e Participações Ltda.	14.007	100%
Total	14.007	100%

b) Ajustes de Avaliações Patrimoniais

A Bree é oriunda da aquisição da UPI (Unidade de Produção Independente) Inepar Capacitores, em leilão judicial realizado em 26 de novembro de 2016. Na momento da aquisição, a companhia não teve a oportunidade de realização de reavaliação dos ativos adquiridos da UPI. Em 2019 foi contratada empresa especializada que emitiu um laudo técnico de reavaliação das máquinas e equipamentos. O laudo resultou no montante de de R\$ 5.564 o qual foi registrado em agosto de 2019. A parcela realizada do ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados na mesma proporção em que os bens são depreciados.

c) Reserva de Incentivos Fiscais

Constituída por Incentivos Fiscais provenientes do ICMS concedidos e convalidados nos termos da Lei Complementar 160/17. Refere-se ao crédito presumido nas operações de importações. Tal valor transita por resultado e deve ser segregado do Resultado do período no Patrimônio Líquido, em razão da vedação da sua distribuição como dividendos. No período findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia não possui constituída a Reserva de Incentivos Fiscais no valor de R\$ 599, por apresentar prejuízos acumulados.

NOTA 22 - RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Receita Operacional Bruta	2021	2020
Receita de Vendas de Produtos	56.174	39.876
Serviços Prestados	1.140	823
Vendas de Sucatas	113	30
Total	57.427	40.729
(-) Deduções da Receita Bruta	2021	2020
Devoluções de Vendas	(3.804)	(1.965)
COFINS s/ Vendas	(3.108)	(2.515)
ICMS s/ Vendas	(5.114)	(3.318)
PIS s/ Vendas	(675)	(536)
IPI s/ Vendas	(70)	(58)
ISS	(50)	(30)
Total	(12.821)	(8.422)
Receita Operacional Líquida	44.606	32.307

NOTA 23 - DESPESAS COM VENDAS

As despesas com vendas apresentam a seguinte composição:

Descrição	2021	2020
Despesa c/ Viagens (Vendas)	(119)	(586)
Despesa c/Pessoal (Vendas)	(1.540)	(1.403)
Desp. de Comissão de Vendas	(777)	(610)
Frete Sobre Venda	(1.052)	(646)
Total	(3.488)	(3.245)

NOTA 24 - DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

As despesas gerais e administrativas estão assim compostas:

Descrição	2021	2020
Despesas com Pessoal	(3.263)	(2.921)
Despesas c/Serviços de Terceiros	(3.258)	(2.743)
Despesas c/Auditoria	(87)	(70)
Despesas arrendamento	(69)	(32)
Alugueis e Condomínios	(168)	(120)
Energia Elétrica	(23)	(51)
Provisão p/ créditos de Liquidação Duvidosa	(2.030)	(85)
Outras Despesas	(829)	(988)
Total	(9.727)	(7.009)

NOTA 25 – RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido apresenta a seguinte composição:

Descrição	2021	2020
Juros sobre operações financeiras	(1.316)	(1.255)
Despesas Bancárias	(52)	(143)
Juros e Multas e Correção Monetária	(1.282)	(482)
Variação Cambial	(297)	(307)
Outras Despesas Financeiras	(113)	(54)
Total das Despesas Financeiras	(3.060)	(2.241)

Receitas Financeiras	2021	2020
Descontos Obtidos	46	5
Juros e Multas e Demais Encargos	21	3
Rendimento s/ Aplicação Financeira	5	1
Variação Cambial	56	-
Outras Receitas Financeiras	12	3
Total das Receitas Financeiras	140	12

Resultado Financeiro	(2.920)	(2.229)
-----------------------------	----------------	----------------

NOTA 26 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os saldos de imposto de renda e contribuição social estão assim compostos:

Correntes:

	2021	2020
Resultado antes do IRPJ e CSLL	1.919	279
Adições	339	426
Exclusões	(419)	-
Prejuízos Fiscais	(552)	(211)
Resultado Ajustado (Lalur)	1.287	494
PAT	(7)	(5)
Provisão Para IRPJ e CSLL	408	161

Diferidos:

	Total
Imposto de renda e contribuição social diferido líquido 31/12/2020	153
Imposto de renda e contribuição social diferido líquido 31/12/2021	115

Saldo referente a realização do imposto diferido sobre custo atribuído no passivo.

NOTA 27 - COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADO)

A administração considera que o montante da cobertura de seguros é suficiente para cobrir eventuais sinistros em suas operações.

NOTA 28 - IMPACTOS COVID-19

Não foram identificados impactos relevantes referentes a pandemia de Covid-19 nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

A Empresa continua com as medidas preventivas adotadas no início da pandemia, incluindo o trabalho home office em escalas para os colaboradores da área administrativa e controle sanitário nas áreas fabris proporcionando maior segurança aos colaboradores.

A Administração segue monitorando a situação da pandemia no mundo, avaliando quaisquer impactos ou riscos relevantes às operações da Companhia.

* * *